



**Tribunal de Contas**  
**Mato Grosso**  
**TRIBUNAL DO CIDADÃO**

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Conselheiro Interino Luiz Henrique Lima

Telefones: (65)3613-7586/7584

<b>PROCESSO</b>	<b>: 179639/2017</b>
<b>PRINCIPAL</b>	<b>: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO</b>
<b>SECUNDÁRIOS</b>	<b>CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTE DO PANTANAL – CIDESAT</b>
	<b>ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO</b>
<b>ASSUNTO</b>	<b>: AUDITORIA COORDENADA</b>
<b>RELATOR</b>	<b>: CONSELHEIRO INTERINO LUIZ HENRIQUE LIMA</b>
<b>EQUIPE</b>	<b>: CHARLES CONCEIÇÃO ORMOND MURILO GONÇALO CORRÊA DE ALMEIDA</b>

Senhor Secretário de Controle Externo,

Considerando a decisão da lavra do Presidente deste Tribunal de Contas (documento digital nº 327267/2017) que determinou a realização de auditoria coordenada sobre o Pregão Presencial nº 03/2014 promovido pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Turístico do Complexo Nascente do Pantanal - CIDESAT, abrangendo os contratos derivados do certame e ainda as adesões à respectiva Ata de Registro de Preços, com o objetivo de verificar a regularidade e economicidades dos atos;

Considerando a designação para a realização dos trabalhos, promovida pelo eminente Conselheiro Relator, por meio dos Ofícios nº 293/2018, 295/2018 e 296/2018;

Considerando a informação da Secretaria de Informações Estratégicas (documento digital nº 233147/2017 – fl. 4) acerca da adesão, por parte deste Tribunal de



Contas, à Ata de Registro de Preços , que deu origem ao Contrato nº 33/2014 celebrado entre este Tribunal e a empresa Original Soluções Tecnológicas Ltda EPP, informação essa confirmada mediante consulta ao Portal Transparência do Tribunal de Contas;

Considerando que as auditorias realizadas por este Tribunal, enquanto atividade de controle externo, alcançam os atos de administradores sujeitos à jurisdição do Tribunal de Contas, por força do que dispõe o art. 71 da Constituição da República;

Considerando que o objeto desta auditoria coordenada envolveria, a princípio, o exame da conduta de servidores e membros desta Corte de Contas no exercício de função administrativa, em razão da prática de atos de administração financeira e orçamentária (celebração de contrato, atos de empenho, liquidação e pagamento de despesas, entre outros) o que, a priori, revelaria um alcance atípico dos trabalhos de auditoria desenvolvidos por este Tribunal de Contas enquanto atividade de controle externo;

Considerando o disposto nos arts. 23 e 24 do Regimento Interno deste Tribunal, que estabelecem as competências do Corregedor-Geral do Tribunal de Contas;

Considerando os preceitos da Lei Complementar nº 04/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Mato Grosso), em especial as disposições contidas nos arts. 143 e 144 (Dos Deveres e Proibições), arts. 148 a 153 (Das Responsabilidades), arts. 154 a 169 (Das Penalidades) e arts. 170 a 209 (Título V – Do Processo Administrativo Disciplinar);

Considerando as disposições contidas na Resolução nº 08/2010 - Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – que, em seu art. 15, dispõe acerca da conduta de servidor que, além da violação ao Código de Ética, ensejaria aplicação de penalidades, submetendo-a à disciplina do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso;

Considerando, por analogia, os procedimentos adotados pelo Tribunal de Contas da União (Resolução TCU nº 159/2003 ) e Conselho Nacional do Ministério Público (Resolução CNMP nº 92/2013) que preveem a apuração de eventuais violações de deveres funcionais, no âmbito de suas respectivas Corregedorias, com a instauração



de procedimentos específicos;

Considerando ainda que, no âmbito deste Tribunal de Contas, há precedentes da atuação da Corregedoria-Geral e/ou Comissões Especiais na apuração de condutas funcionais praticadas por servidores e/ou membros desta Corte no exercício de atividade administrativa, a exemplo da comissão de sindicância instituída para apuração dos fatos contidos na Operação, denominada Convescote, do Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado no Estado de Mato Grosso - GAECO (Portaria nº 02/2017) e também a Comissão Especial que apurou fatos posteriormente tratados na Operação Malebolge da Polícia Federal;

Pelas razões expostas, a fim de evitar eventual arguição de nulidade desta apuração e com o propósito de preservar a competência da Corregedoria-Geral deste Tribunal de Contas, sugere-se ao eminente Conselheiro Relator que, com fundamento nos incisos I e II do art. 89 do Regimento Interno, delimite o escopo desta auditoria coordenada de modo a abranger os atos praticados pelos jurisdicionados derivados do Pregão Presencial nº 03/2014– CIDESAT e respectivos contratos, à exceção da adesão promovida por este Tribunal (Contrato nº 33/2014 e aditivos) cuja apuração deve ser remetida à Corregedoria-Geral do TCE/MT.

É a informação que se submete à consideração superior.

Secretaria de Controle Externo da Quinta Relatoria, em Cuiabá, 02 de abril de 2018.

**Murilo Gonçalo Corrêa de Almeida**  
Auditor Público Externo  
Coordenador da Auditoria

**Charles Conceição Ormond**  
Auditor Público Externo  
Membro

